

PROJETO BÁSICO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE
PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O CÓRREGO DO MELO,
ÁREA RURAL NO MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG

DO OBJETO

Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia para execução de projeto de construção de ponte em concreto armado sobre o Córrego do Melo, área rural no Município de Cordisburgo - MG, conforme especificações dos Memoriais Descritivos, Projetos, Planilha de custos e anexos, a fim de atender necessidade da Secretaria de Infraestrutura, Obras, Transporte e Estradas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

As obras de engenharia para construção de pontes em concreto têm por objetivo a canalização de curso d'água intermitente de modo a permitir a transposição de talvegue que escoam de um lado para outro em estradas e vias públicas. À medida que esses empreendimentos encurtam distâncias e diminuem o tempo de deslocamento, também podem influenciar a forma como as cidades se desenvolvem, o que pode gerar reflexos importantes na economia.

Através desta ação estima-se consolidar as políticas públicas de melhoria na trafegabilidade, uma vez que atualmente a travessia de veículos no local encontra-se arriscada. Tal impedimento se deu tendo em vista as significativas avarias causadas na ponte de madeira existente no local e as degradações causadas pelas águas pluviais que escoam naturalmente nessas regiões, dificultando o acesso à sede do município que é a principal via de convergência aos diversos serviços públicos, como saúde, educação e o escoamento da produção agrícola, principal atividade econômica dessas regiões.

Dado o exposto, a execução deste empreendimento irá proporcionar conforto aos usuários, trazendo mobilidade adequada, considerando que estradas em condições satisfatórias e de boa qualidade reduz o custo com a manutenção de veículos, diminui a possibilidade de ocorrência de acidentes e agiliza o trânsito, trazendo também melhorias indiretas para o meio ambiente e para a qualidade de vida da população, além de facilitar a acessibilidade universal, que é direito de todo cidadão.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A **contratação de serviços técnicos especializados de engenharia para execução de projeto de construção de ponte em concreto armado sobre o Córrego do Melo**, encontra-se delimitada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e neste Projeto Básico a partir dos seguintes requisitos:

- a) Definição do local dos serviços: área rural situada na Comunidade Rural do Bálsamo, com acesso às comunidades rurais do Diamante, Maquinezinho e ao Município de Jequitibá.
- b) Definição dos serviços a serem executados: após os levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados, serão, em suma, administração local da obra, instalações iniciais da obra, mobilização, terraplanagem e trabalhos em terra, locação da obra, fundação (infraestrutura), estrutura (mesoestrutura), obras de artes especiais – pontes (superestrutura), sinalização e serviços finais.

c) Sobre a definição do prazo da obra estima-se que o prazo de execução seja de três meses, não se aplicando este período à vigência do instrumento contratual, considerando o tempo para entrega dos boletins de medição, fiscalização e ateste dos serviços prestados. Deste modo, o contrato a ser celebrado deverá possuir período razoável, seguindo os dizeres dos art. 105 e art. 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 111 da citada lei.

d) Definição das unidades de medida para quantificação dos serviços e delimitação dos preços unitários estão explicitados na planilha orçamentária, cujos quantitativos foram obtidos por meio de levantamento de dados com vistas às necessidades da obra a ser executada.

e) Facultar, à contratada, a possibilidade de visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA/CAU), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s), preenchendo os seguintes requisitos, a saber:

a) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

b) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;

c) Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

d) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato.

A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta.

Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra.

Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço.

A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas.

A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra.

A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6.

Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis.

A execução da obra em questão gerará resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pelo CONAMA.

Racionalizar o processo construtivo, por meio de soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos.

A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A) Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário para o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B) Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, dentre outros.

C) Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra.

D) Adotar práticas sustentáveis, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.

A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável.

As obrigações da Contratante e da Contratada serão, posteriormente e integralmente previstas em instrumento legal disponibilizado no Edital específico para a contratação.

PRAZO PARA INÍCIO E ENTREGA DOS SERVIÇOS

O prazo de entrega dos serviços é de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, documento integrante do presente documento, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Início de Execução de Serviço e apresentados através do Boletim de Medição padronizado e aprovado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Cordisburgo.

As dúvidas/esclarecimentos sobre a entrega podem ser enviadas ao e-mail projetos@cordisburgo.mg.gov.br.

RECEBIMENTO DEFINITIVO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

A administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O recebimento da obra, após sua execução e conclusão, obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações.

A obra deverá ser entregue livre de entulhos, depósito de materiais utilizados na obra, pedras ou matacões lateríticos ou qualquer forma de material estranho resultantes da execução da base e sub-base.

A área a que se destinou o depósito, abrigo provisório e o pátio para equipamento devem ser entregues limpas, niveladas e sem a presença de qualquer tipo de material estranho.

A obra deverá ser recebida pelo Setor de Engenharia que é órgão fiscalizador, podendo, portanto, o mesmo, solicitar exigências que por ventura não foram cumpridas no projeto ou no memorial descritivo.

Não será aceita entrega parcial do serviço, nem serviço em desconformidade com o caderno de especificações, sob pena de rejeição do serviço.

O Fiscal acompanhará a execução e emitirá relatório onde constatará a conclusão ou não do serviço para emissão da nota fiscal no valor corresponde ao cronograma aprovado.

PRAZO DE GARANTIA

A CONTRATADA ficará responsável pela solidez e segurança do trabalho por um período irredutível de 5 (cinco) anos, conforme elencado no artigo 618 do Código Civil.

A CONTRATANTE terá 180 dias após o aparecimento dos vícios ou defeitos para propor ação contra a CONTRATADA, sob pena de decair o seu direito de propor a referida ação, conforme elencado no artigo 618, parágrafo único do Código Civil.

TÉCNICO RESPONSÁVEL

Ficará como técnico titular responsável pela Fiscalização, o Engenheiro Civil Wilson Portes Júnior, inscrito no CREA/RJ sob o nº 44.125/D.

FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Fiscal de Obra designado pela Secretaria de Infraestrutura, Obras, Transporte e Estradas deverá fazer a fiscalização da Obra, e ainda será responsável pelo controle dos serviços executados.

As medições referentes à obra executada deverão conter obrigatoriamente a assinatura do engenheiro civil responsável pela fiscalização da execução da obra.

SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedada a subcontratação no todo ou em partes dos serviços objeto do presente Projeto Básico, **devendo utilizar na obra seus próprios trabalhadores devidamente registrados em Carteira**

de Trabalho e Previdência Social – CTPS com a comprovação de recolhimento da Previdência Social, através da DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais e/ou GPS – Guia de Previdência Social (Art. 49, caput, da Lei 8.212, de 24/07/91, e art. 256, caput, inciso II do Decreto 3.048 - Regulamento da Previdência Social, de 1999), bem como no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS Digital, juntamente com o relatório DCTFWEB/FGTS DIGITAL/E-SOCIAL contendo a relação dos trabalhadores identificados no CNO, da obra objeto da presente licitação.

Poderão ser subcontratados alguns serviços desde que sejam submetidos à prévia autorização da Fiscalização da Prefeitura Municipal de Cordisburgo, homologados pelo Departamento de Engenharia.

IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS E DOS MATERIAIS A INCORPORAR NA OBRA

Conforme Memorial Descritivo em anexo.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Segue em anexo ao Projeto Básico a planilha de composição de custos.

VALOR ESTIMADO

Objetivando a instrução do processo, informamos que conforme regulamentado, o valor estimado, acrescido do percentual de *Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)* de referência e dos *Encargos Sociais (ES)* cabíveis, foi definido por meio da utilização de parâmetros do *Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais* para a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana dos itens correspondentes para o objeto desta Licitação, **estimando-se o montante em R\$ 544.727,59 (quinhentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos).**

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados conforme o cronograma Físico-Financeiro de acordo com o Boletim de Medição, em até 30 (trinta) dias a contar da data da entrega das referidas Notas Fiscais de Serviço na Contabilidade, desde que aprovadas pela Fiscalização. A Prefeitura Municipal se compromete a pagar somente os serviços por ela autorizados.

O pagamento das medições será efetuado conforme medições mensais, com base no cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, apresentado pela CONTRATADA, acompanhada da Nota Fiscal emitida em nome do Município de Cordisburgo, devidamente atestada pela Fiscalização do CONTRATANTE.

Apresentada a fatura, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, acompanhada do Boletim de Medição aprovado pela fiscalização.

No caso de não aceitação da medição realizada, a Administração Municipal, devolverá à contratada para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 05 (cinco) dias. A Administração Municipal terá o prazo de 05 (cinco) dias para confirmar ou não o aceite.

Após a data da entrega do Boletim de Medição, o prazo para aferição das medições, conferência dos documentos que acompanham o Boletim, emissão de AF e pagamento da despesa é de 30 dias.

As medições dos serviços executados serão efetivadas mensalmente, tomando-se como final do período o último dia de cada mês. Todavia a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Início dos Serviços, no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão da obra, independente do período mensal. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto quando se tratar da primeira e da última medição (Medição Final).

As medições devem ser acompanhadas de cronograma físico-financeiro, devidamente atualizado, deverão ser encaminhadas para o Fiscal designado para acompanhamento da Obra.

As medições somente serão analisadas quando atingirem no mínimo 80% do valor proposto no cronograma da empresa, devendo apresentar carimbo e assinatura do responsável técnico da empresa.

Apresentada a fatura, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular realização dos serviços, encaminhando o documento para as providências relativas ao pagamento, acompanhada do boletim de medição aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

Para a liberação das medições, a contratada deverá comprovar ainda:

- a) No primeiro faturamento a inscrição no CNO, conforme art. 27, Inciso X da IN RFB nº 2110/2022.
- b) Nos demais faturamentos, comprovação de recolhimento da Previdência Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, através da GPS – Guia de Previdência Social/DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Art. 49, caput, da Lei 8.212, de 24/07/91, e art. 256, caput, inciso II do Decreto 3.048 - Regulamento da Previdência Social, de 1999) e GFD – Guia do FGTS Digital, juntamente com o relatório DCTFWEB/FGTS DIGITAL/E-SOCIAL ou outro equivalente contendo a relação dos funcionários identificados no CNO, da obra objeto da presente licitação, do mês imediatamente anterior;
- c) Na última medição baixa do CNO da Obra.

A medição dos serviços será composta dos seguintes documentos:

- a) Boletim de Medição;
- b) Relatório com Registro fotográfico dos serviços executados;
- c) Diário de obras atualizado;
- d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada, de execução dos serviços;
- e) Comprovante no Cadastro Nacional de Obras da Receita Federal – CNO;

f) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.

h) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de:

- Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

i) Prova de regularidade junto a Fazenda Estadual e Municipal.

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

k) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- Serão também aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei Federal nº. 6.404/1976 (Sociedade Anônima): Publicados em Diário Oficial, ou publicados em jornal de grande circulação, ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, ou em outro órgão equivalente;

II. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Simples Nacional, o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS.

III. Micro Empreendedor Individual – MEI, o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração Anual do Simples Nacional - DASN.

IV. Sociedades cadastradas no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar, na forma da lei, a seguinte documentação, extraída das fichas do Livro Digital:

- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrativo de Resultado do Exercício; e
- Recibo de entrega emitido pelo SPED.

V. Sociedades criadas no exercício em curso: Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, ou em outro órgão equivalente;

Os documentos relativos ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis somente serão aceitos se publicados em jornais oficiais (publicação original ou cópia autenticada que possibilitem inclusive a identificação do veículo e a data da publicação), ou cópias autenticadas retiradas do Livro Diário registrado na Junta Comercial, Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, ou em outro

órgão equivalente, contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

l) Certidão de Falência emitida por órgão competente com data de emissão de até 3 (três) meses da data de solicitação, quando ausente indicação expressa de prazo de validade na certidão.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas dotações orçamentárias nº 02.08.010 – 26.782.0534.1042 – 4.4.90.51.00.

Saulo André Dionízio
Secretário de Infraestrutura, Obras, Transporte e Estradas

Wilson Portes Júnior
CREA/RJ 44125/D | Apoio Especializado | Engenharia